

QUEM FAZ O SUAS  
ACONTECER

SUAS E O ATENDIMENTO  
A AUTORES DE **VIOLÊNCIA**  
**SEXUAL** CONTRA CRIANÇAS  
E ADOLESCENTES

Por Adriana Jesus de Sousa,  
Alais Firmino Cordeiro,  
Ana Cristina Rosa de Souza da Venda  
e Rafaella Rodrigues Silveira

Podemos conceituar a violência para com crianças e adolescentes em quatro tipos: física, sexual, psicológica e em forma de negligência. Contudo, este artigo se refere à violência sexual, para a qual será usada a definição de Guerra (2011):

*A violência sexual se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.*

Sabemos que, apesar das diversas consequências oriundas das violências sexuais, é consenso que podem ser graves os prejuízos de ordens físicas e psicológicas. Em determinadas circunstâncias, os danos se manifestam através do desenvolvimento de psicopatologias, podendo estar relacionadas à sexualidade ou não. Além das vulnerabilidades físicas, psicológicas e sociais às quais as crianças e adolescentes vítimas de abusos e violências sexuais são expostas, algumas vítimas se colocam em situação de rua, a fim de fugirem das violações (SANTOS, 2009). O autor ressalta ainda a possibilidade da vítima de violências sexuais se tornar reprodutora da violação sofrida ou ainda protagonizar relacionamentos abusivos, quando não amparada apropriadamente no sistema de garantia de direitos.

O trabalho preventivo deve ser realizado com a sociedade de forma geral, sendo necessário trabalhar a autoproteção das crianças e adolescentes, informar os adultos sobre os canais de denúncia e a importância de proteger as vítimas. É muito significativo também responsabilizar os autores da violência e prevenir possíveis reincidências destes.



## I AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Quando mencionamos o Sistema Único de Assistência Social – SUAS como ferramenta importante para trabalhar a prevenção às violências sexuais, compreendemos que o assunto não pertence somente à esfera da política de saúde e da política jurídica; entendemos que há um conjunto de fenômenos sociais que estão relacionados também ao autor da agressão.

O conhecimento do perfil dos autores de violência sexual é imprescindível para compreendermos algumas das especificidades que constituem sua realidade. Segundo o CREPOP (2009), os autores de violência não possuem características físicas que possam compor um estereótipo, tampouco características com-

portamentais padronizadas, podendo, portanto, ser qualquer pessoa, inclusive aquela cujo comportamento é considerado socialmente adequado.

Estatisticamente, os homens heterossexuais são maioria entre os autores desse tipo de violência, contrariando os estigmas que associam violências e abusos sexuais à homossexualidade. Estudos mostram que as violências sexuais contra crianças e adolescentes são perpetradas majoritariamente por pessoas próximas à vítima, participantes do círculo familiar, parentes consanguíneos ou pessoas vinculadas afetivamente aos familiares e a vítima (CREPOP, 2009).

Grande parte dos autores foi vitimada por violências sexuais na infância, reproduzindo a violação em razão da ausência de intervenção adequada. O uso abusivo de álcool e drogas, bem como questões de saúde mental e psicológica, também estão associadas aos autores de tais violações. Entretanto, esta não é uma regra; por isso, é imprescindível a análise conjuntural do cenário, visto que as ocorrências não podem ser generalizadas por incidência das condições anteriormente citadas (CREPOP, 2009).

Assim sendo, faz-se necessário derrubar mitos em torno desta temática, como a falácia de que pedófilos são necessariamente abusadores. A pedofilia é conceituada no âmbito social “como atração erótica de um adulto por crianças” (SANTOS, 2009, p. 38). Entretanto, nem sempre o indivíduo portador de tal patologia consuma seu desejo e se torna autor de uma violência, uma vez que pode alcançar a satisfação de seu desejo por meio da observação de fotos e vídeos.

O autor de violência sexual, por vezes, é pai de família, provedor e detém poder sobre a vítima. Isso ocorre principalmente em famílias incestogênicas, nas quais o pai se relaciona sexualmente com a filha por acreditar que pode exercer seu poder familiar da maneira como lhe convém, em detrimento do direito desta criança/adolescente. Percebe-se que as estruturas sociais e culturais são influentes, pois muitos autores que “[...] cometem violência sexual com crianças e adolescentes compartilham uma série de crenças da nossa cultura adultocêntrica e certamente machista [...]” (SANTOS, 2009, p. 40).

Segundo Santos (2009), apesar das violências sexuais ocorrerem em todas as classes sociais, constatou-se que o maior número de vítimas se encontra nas camadas menos favorecidas da sociedade, em razão da baixa vigilância diária e outros fatores estruturais.

## **METODOLOGIA DE PREVENÇÃO À REINCIDÊNCIA: TRABALHO EM GRUPOS ORIENTATIVOS E REFLEXIVOS**

Para obter maior eficácia na atuação com grupos de prevenção à reincidência, é necessário considerar o autor da violência sexual em sua singularidade. Expressar empatia e compreensão para com o autor da violência sexual não significa concordância com o ato ou culpabilização da criança/adolescente pela violência sofrida. Esse movimento perscrutante nos auxilia a entender os fatores que influenciaram a prática da violência. Cabe mencionar, mais uma vez e sempre que necessário, que compreender o autor da violência não significa o eximir de sua responsabilidade pelo ato (FURNISS, 2002).

Os autores da violência sexual podem ter consciência de que o ato é ilegal e prejudicial para a criança, porém isso não é o suficiente para impedir sua prática. Em razão de a violência aliviar tensões, os autores acabam se tornando dependentes psicologicamente dos atos, embora tendam a negar essa dependência para si e para outras pessoas. Ao aliviar a tensão, a violência favorece que o autor evite sua realidade, demonstrando baixa tolerância a frustração, e, ao tentarem interromper essa prática, podem apresentar sintomas de abstinência, como agitação, irritabilidade, ansiedade etc. (FURNISS, 2002).

Mediante esta situação, a intervenção conjunta com a vítima, autor e a família é imprescindível. O atendimento ao autor tem como objetivo interromper a violência, proporcionar um ambiente reflexivo, orientativo e não punitivo que seja específico para compreender os sentimentos de culpa e o reconhecimento de que está prejudicando a vítima. Pode ocasionar no agressor a tentativa de parar o abuso, evitando a reincidência, a vitimação de outras ou da mesma criança (FURNISS, 2002).



É importante que o atendimento ao autor seja feito tanto de maneira individual como grupal. Durante o acompanhamento, é necessário que o indivíduo reconheça sua conduta, de modo a compreender que, independentemente de uma suposta participação ativa da criança no ato sexual, o perpetrador da violência não deixará de assumir suas responsabilidades, não devendo a criança ser culpabilizada pela violência sofrida (MATTOS; MIYAHARA, 2002).

Com base nos estudos destacados, a proposta é fazer com que, independentemente do andamento do processo judicial e mediante a confirmação ou suspeita da violência, seja estabelecido um fluxo de atendimento a esses indivíduos. A porta de entrada poderá ser o Centro de Referência Especial da Assistência Social (CREAS) e entidades conveniadas de cada município, o que pode ser previamente acordado através de um termo junto ao Conselho Tutelar, tendo em vista que os casos de denúncia devem ser a eles notificados. O atendimento ao autor da violência deverá ser complementar aos demais serviços cabíveis.

“

Expressar empatia e compreensão para com o autor da violência não significa concordância com o ato ou culpabilização da criança/adolescente pela violência sofrida.

”

Os grupos reflexivos-orientativos deverão conter indivíduos com faixa etária similar, não ter acima de oito participantes, ocorrer semanalmente e/ou quinzenalmente e preferencialmente possuir profissionais de áreas distintas (MATTOS; MIYAHARA, 2002).

Como proposta de temas para serem trabalhados em grupo, podem-se citar os mitos e tabus que perpassam as violências sexuais e que necessitam de desmistificação, as relações de gênero e questões culturais implicadas, os dogmas religiosos, os prejuízos para as vítimas, os diferentes tipos de violência, entre outros.

É importante que o autor da violência receba atendimento psicossocial, uma vez que isso favorecerá o seu processo de entendimento e elaboração das condições psíquicas que o influenciaram a praticar o ato, devendo este correr em paralelo à responsabilização legal.



Foto: iStock.

## | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra a complexidade da temática diante do grande tabu que são as violências sexuais no geral, principalmente contra crianças e adolescentes. Por isso, as discussões são ainda bastante tímidas, tendo em vista a quantidade de ocorrências desse fenômeno, tanto relatadas como não relatadas às autoridades.

A invisibilidade do tema não está apenas no âmbito acadêmico, mas também nas políticas públicas. Quando se pesquisa sobre o atendimento específico a autores dessa modalidade de violência, as ações existentes são praticamente nulas, fato que prejudica o olhar de enfrentamento a essa problemática.

Com a proposta da realização de grupos orientativos-reflexivos no âmbito do SUAS, pode-se proporcionar espaços para que os autores sejam ouvidos, a fim de elaborar a violência cometida junto a outros indivíduos com históricos de vida similares.

Para além dos expostos acima, as pesquisas realizadas demonstraram também que a sociedade é permeada por estruturas que perpetuam a violência sexual, criando uma cultura de objetificação da infância, sendo necessário romper com esses paradigmas sociais para garantir uma nova cultura: a da proteção integral a crianças e adolescentes.

Texto produzido como trabalho de conclusão da formação "Prevenção às violências sexuais – Metodologias e reflexões para atuação com grupos", do Projeto Inovavas, do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social.